PREFEITURA DA SERRA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUS



PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA PARA PREPARAÇÃO E RESPOSTA AOS EFEITOS DO EL NIÑO

SETOR SAÚDE – SERRA/ES

SERRA/ES

SECRETARIA DE SAÚDE

WEVERSON VALCKER MEIRELES
Prefeito

GRACIMERI VIEIRA SOEIRO DE CASTRO GAVIORNO
Vice-Prefeita

Fernanda Coimbra Mota da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Juliana Rocha Rangel
Subsecretária de Gestão em Saúde

Luiz Carlos da Silva Braga
Subsecretário de Gestão Administrativa, do trabalho e da educação em saúde

Marília Ribeiro de Oliveira
Superintendente de Atenção Primária à Saúde

Karina Daleprani Espíndula
Superintendente de Atenção Especializada à Saúde

Paulo Roberto Jussim de Souza Junior
Superintendente de Vigilância em Saúde

Ana Paula Ferreira de Matos da Cunha
Superintendente de Gestão Administrativa

Andrea Aparecida S. Lemos da Silva
Superintendente de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde

Rayllane Moraes Bastos
Superintendente do Fundo Municipal de Saúde

Raphaella Schmidt Ferreira
Assessoria de Planejamento

ELABORAÇÃO

Alexandre Coutinho Sattler
Ana Paula Ferreira de Matos da Cunha
Andrea Aparecida Santos Lemos da Silva
Andreia Cristina Miranda Lima de Souza
Camila de Rezende Coelho
Dayane Soares Rosa
Elizeu Lima Vieira
Elzeny Gama Carlos
Fabiana Oliveira dos Santos
Fabiano Martins
Fernanda Lima de Castro
Gabriel Criste Neves
Gabriel Nunes Sales Corrêa
Jaqueline Fonseca Carvalho
Jozima Januario de Souza E Souza
Julia Cotto Bonella
Juliana Rodrigues de Almeida Brandao
Karina Daleprani Espindula
Larissa Gotardo Bazoni
Lídia Chiste Casotti
Luiz Carlos da Silva Braga
Luzeni Rocha Azeredo
Mariana Meneguelli Dagustinho
Marília Ribeiro de Oliveira
Marineuza Zatta
Marize Prata Pravato Rangel
Michelle Santos de Oliveira Salles
Monica Nogueira Altoe
Mycheli Felberk D. Cardoso
Patricia Meneses Portela
Patricia Regina Silva e Stuck Moraes
Plinio Meira Wetter
Priscilla do Nascimento Mathias
Rafaela Venturini Cancian
Raphaella Schmidt Ferreira
Raquel Belhing dos Reis Rastoldo
Raquel Coelho Correa de Araujo
Rayllane Moraes Bastos
Rodrigo Resende Brandão
Roniscley Nascimento Silva
Sabine De Souza Wendling
Sandra Cavati Ribeiro Santos
Sara Soares Lima
Suellen Machado Sabino
Tacio Francisco Castelar de Oliveira
Valda Aparecida Bastos do Nascimento
Vitória Olinda Araújo Alves Duarte
Viviane Marins Barbosa

SUMÁRIO

1. **APRESENTAÇÃO**
2. **INTRODUÇÃO**
3. **OBJETIVOS**
3.1 OBJETIVO GERAL
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS
4. **CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA SERRA**
5. **INFRAESTRUTURA DE SAÚDE**
6. **EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SENSÍVEIS**
7. **POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE EXTREMOS CLIMÁTICOS**
8. **NÍVEIS OPERACIONAIS, GOVERNANÇA E COORDENAÇÃO**
9. **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**
10. **VIGÊNCIA, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO**

REFERÊNCIAS

ANEXO 1 - FASE, DEFINIÇÃO E AÇÕES PRINCIPAIS POR NÍVEL OPERACIONAL

ANEXO 2 - FLUXO DE COMUNICAÇÃO E RESPOSTA

ANEXO 3 - COMPOSIÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES EM EMERGÊNCIA EM SAÚDE DA SERRA (COE SAÚDE DA SERRA)

ANEXO 4 - MATRIZ DA SECRETARIA DE SAÚDE POR FASES E PRINCIPAIS AÇÕES POR NÍVEL OPERACIONAL

1. APRESENTAÇÃO

As mudanças climáticas constituem um dos principais desafios ambientais da atualidade e estão entre as dez principais ameaças à saúde global reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Seus impactos também representam uma importante barreira para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 — Saúde e Bem-Estar — e o ODS 13 — Ação contra a Mudança Global do Clima.

No campo da saúde pública, um dos principais desafios relacionados às mudanças climáticas é o fortalecimento do setor saúde frente aos impactos decorrentes da variabilidade climática e da ocorrência de eventos extremos. Nesse contexto, torna-se fundamental o desenvolvimento de ferramentas capazes de integrar informações climáticas e epidemiológicas, subsidiando ações de prevenção, preparação e resposta dos serviços de saúde, visando redução de internações hospitalares e óbitos, especialmente em populações de maior vulnerabilidade.

Para o ciclo El Niño 2026–2027, o planejamento do setor saúde municipal considera especialmente os cenários relacionados ao calor extremo e às ondas de calor, à seca e à estiagem, à redução da disponibilidade hídrica e aos incêndios em vegetação, sem afastar a possibilidade de episódios de precipitação intensa e de desastres associados. Para este último caso, o município já dispõe de instrumentos técnicos que serão acionados mediante necessidade, conforme previsto no Plano de contingência da saúde para situações de desastres do município de Serra/ES (Vigidesastres), Plano de contingência para controle das arboviroses (dengue, zika, chikungunya e febre amarela) e assistência ao paciente 2026/2028 e Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil.

A complexidade geográfica e territorial de Serra/ES — marcada pela coexistência de densas áreas urbanas, periferias com vulnerabilidade socioambiental, zonas rurais e importantes remanescentes de Mata Atlântica — amplia a exposição da população local a riscos epidemiológicos e ambientais.

Diante desse cenário, este Plano de Contingência da Saúde constitui um instrumento orientador para a organização das ações da Secretaria Municipal de Saúde frente aos potenciais impactos decorrentes de eventos e variações climáticas extremas. Sua finalidade é estabelecer uma atuação progressiva e articulada, desde as medidas preventivas até as ações de resposta e reabilitação, considerando a evolução das condições meteorológicas, ambientais, epidemiológicas e assistenciais observadas no território.

Sua implementação pressupõe atuação integrada entre as diferentes áreas da Secretaria Municipal de Saúde e articulação permanente com os demais órgãos envolvidos na gestão municipal de riscos e desastres. Vigilância em Saúde, Atenção Primária, Urgência e Emergência, Assistência Especializada, Assistência Farmacêutica, Gestão, Logística, Infraestrutura e Comunicação deverão atuar de maneira coordenada, respeitando suas atribuições e os procedimentos definidos para cada nível operacional.

A articulação com a Defesa Civil e outros setores fundamentais, amplia a capacidade municipal de prevenção e enfrentamento dos impactos, sendo considerados também como gatilhos, para fins de monitoramento e progressão dos níveis de resposta deste Plano, os alertas e avisos emitidos pela Defesa Civil, bem como o registro de eventos extremos, ocorrências e situações de emergência relacionadas aos riscos previstos.

O documento busca estabelecer diretrizes e níveis operacionais de resposta, orientando ações de prevenção, vigilância, monitoramento, comunicação e controle, de forma articulada entre os diferentes setores envolvidos. Nesse contexto, antecipar cenários, subsidiar a tomada de decisões e promover uma atuação técnica, integrada e coordenada são estratégias fundamentais para o enfrentamento dos impactos decorrentes das altas temperaturas. Dessa forma, pretende-se reduzir os efeitos dos eventos climáticos extremos sobre a saúde da população, especialmente nos territórios e grupos mais vulneráveis, bem como contribuir para a continuidade e o fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde municipais.

2. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas constituem um dos principais desafios contemporâneos para a saúde pública, uma vez que o aumento da temperatura média do planeta vem acompanhado de alterações nos regimes de precipitação e de maior frequência, intensidade e duração de eventos climáticos extremos. A intensificação do aquecimento global, associada principalmente ao aumento das concentrações de gases de efeito estufa decorrentes das atividades humanas desde a Revolução Industrial, tem ampliado a exposição das populações a ondas de calor, secas, incêndios florestais, chuvas intensas, inundações e outros eventos capazes de produzir impactos diretos e indiretos sobre a saúde. No Brasil, estudos e avaliações oficiais apontam que as mudanças climáticas representam uma ameaça crescente à saúde da população, podendo contribuir para o aumento de ocorrência de doenças cardiovasculares e respiratórias, agravos relacionados ao calor, problemas de saúde mental, doenças transmitidas por vetores e impactos decorrentes da insegurança hídrica e alimentar (BRASIL, 2026).

Nesse contexto de mudanças climáticas, os fenômenos naturais de variabilidade climática podem potencializar condições meteorológicas já adversas. Entre eles destaca-se o El Niño-Oscilação Sul (ENOS), fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado, em sua fase El Niño, pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, especialmente nas regiões central e centro-leste. Esse aquecimento modifica a circulação atmosférica e interfere na distribuição de chuvas e temperaturas em diferentes partes do planeta. No Brasil, os efeitos do El Niño não são homogêneos: historicamente, o fenômeno está associado a maior probabilidade de chuvas intensas na Região Sul, enquanto pode favorecer condições mais quentes e secas em partes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É importante destacar, entretanto, que o El Niño não provoca diretamente um desastre específico, mas modifica a probabilidade de ocorrência de determinados extremos meteorológicos. A transformação de uma ameaça em desastre depende também da exposição e das vulnerabilidades existentes no território (CEMADEN, 2026).

2. INTRODUÇÃO

O cenário previsto para o ciclo 2026–2027 merece atenção especial. Em junho de 2026, a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) confirmou a configuração do El Niño e, posteriormente, as análises conjuntas do CEMADEN, INMET, INPE, ANA, SGB e SEDEC indicaram elevada probabilidade de permanência do fenômeno até 2027. O Boletim do Painel El Niño de agosto de 2026 apontou probabilidade superior a 90% de ocorrência de um evento muito forte no trimestre setembro-outubro-novembro de 2026, enquanto a NOAA indicou 69% de probabilidade de que o episódio de 2026–2027 seja o mais forte registrado desde 1950 (WHO, 2026; NOAA, 2026).

Segundo o CEMADEN e o Painel El Niño 2026–2027, os impactos esperados apresentam importante diferenciação regional. No Sudeste, as projeções indicam temperaturas acima da média e possibilidade de chuvas abaixo da média em partes da região, com destaque para Minas Gerais e Espírito Santo, além da ocorrência de ondas de calor. Esse cenário pode resultar na combinação de calor persistente, baixa disponibilidade hídrica, baixa umidade relativa do ar, degradação da qualidade do ar em decorrência de queimadas e maior pressão sobre os sistemas ambientais, urbanos e de saúde (CEMADEN, 2026; ES, 2026).

No município da Serra, esses fenômenos devem ser analisados considerando a interação entre as condições meteorológicas e as características territoriais, ambientais, demográficas e socioeconômicas do município. A urbanização, a concentração de áreas construídas, a presença de superfícies impermeabilizadas, a redução da cobertura vegetal em determinados espaços e a existência de áreas com diferentes níveis de vulnerabilidade socioambiental podem contribuir para a intensificação da exposição ao calor e para a desigual distribuição dos seus impactos. O Plano Municipal de Redução de Riscos do município reconhece a existência de áreas de risco associadas a processos de inundação e ocupações precárias, evidenciando que a exposição aos perigos ambientais se relaciona às condições de infraestrutura urbana, habitação e vulnerabilidade social. (SERRA, 2024).

A vulnerabilidade aos eventos extremos, portanto, não é determinada exclusivamente pela intensidade do fenômeno climático. Ela resulta da interação entre a ameaça, a exposição da população e as condições de vulnerabilidade social, econômica, ambiental e territorial. Populações residentes em moradias inadequadas, áreas com menor cobertura vegetal, locais sujeitos à precariedade de infraestrutura urbana, pessoas em situação de rua, trabalhadores expostos ao ambiente externo, idosos, crianças, gestantes e pessoas com doenças crônicas podem apresentar maior risco diante de períodos prolongados de calor. Em áreas urbanas, o chamado efeito de ilha de calor pode intensificar a temperatura local, sobretudo onde há elevada concentração de concreto e asfalto e menor disponibilidade de áreas verdes (RIO DE JANEIRO, 2024; BRASIL, 2026).

CADEIA DE CONDICIONANTES DO EL NIÑO



Os impactos sobre a saúde podem ocorrer por diferentes vias. As ondas de calor podem provocar desidratação, cãibras, síncope, exaustão pelo calor e insolação ou golpe de calor, além de agravar doenças cardiovasculares, respiratórias, renais, metabólicas e condições relacionadas à saúde mental. Em situações de calor extremo associado à baixa umidade, pode ocorrer maior desconforto respiratório e agravamento de doenças respiratórias. A seca e a estiagem, além de contribuírem para a insegurança hídrica e alimentar, podem favorecer a ocorrência de queimadas e a deterioração da qualidade do ar. A exposição à fumaça e aos poluentes provenientes de incêndios pode agravar as doenças respiratórias e cardiovasculares, especialmente entre crianças, idosos e pessoas com doenças preexistentes. Já a ocorrência de chuvas intensas, alagamentos e inundações, quando presentes, pode provocar traumatismos, afogamentos, interrupção do funcionamento dos serviços de saúde, contaminação da água e aumento do risco de doenças infecciosas (RIO DE JANEIRO, 2024; BRASIL, 2026).

O calor extremo também pode produzir impactos indiretos sobre o funcionamento do próprio sistema de saúde. O aumento da demanda por atendimentos, internações e serviços de urgência pode ocorrer em curto intervalo de tempo, ao mesmo tempo em que eventos extremos podem comprometer energia elétrica, abastecimento de água, transporte, comunicação e infraestrutura das unidades de saúde (WHO, 2026).

Antecipar-se ao evento extremo é uma das principais estratégias para reduzir danos à saúde. A preparação prévia permite estabelecer responsabilidades, fluxos de comunicação e acionamento, protocolos de vigilância e assistência, mecanismos de monitoramento de indicadores, identificação de grupos prioritários, organização de insumos e medicamentos, adequação da infraestrutura dos serviços, capacitação dos profissionais e definição de estratégias de comunicação de risco.

A lógica de atuação deve, portanto, deslocar-se de uma resposta predominantemente reativa para uma abordagem baseada em prevenção, preparação, alerta precoce, resposta coordenada e recuperação, utilizando as informações meteorológicas e epidemiológicas disponíveis para antecipar riscos e orientar decisões. O Ministério da Saúde destaca atualmente a importância de planos territorializados de enfrentamento ao El Niño justamente para identificar previamente os riscos e fortalecer a capacidade de resposta dos serviços de saúde (BRASIL, 2026).

Nesse cenário, insere-se o Plano Municipal de Preparação do Setor Saúde para Eventos Climáticos Extremos no contexto do El Niño 2026–2027, elaborado com o propósito de organizar antecipadamente a atuação do setor saúde diante dos cenários climáticos previstos, reduzir a exposição e a vulnerabilidade da população, prevenir agravos e óbitos evitáveis, preservar a continuidade dos serviços essenciais e fortalecer a capacidade institucional de resposta do Sistema Único de Saúde no município.

Ao considerar as especificidades territoriais e socioambientais da Serra, bem como os diferentes níveis de risco e as possíveis repercussões epidemiológicas e assistenciais, o Plano constitui instrumento estratégico para transformar informações climáticas e alertas precoces em medidas de intervenções concretas de vigilância, prevenção, preparação e resposta, contribuindo para uma atuação mais ágil, integrada, equitativa e efetiva diante dos impactos do El Niño e de seus eventos extremos associados.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Fortalecer a preparação e a capacidade de resposta do setor saúde do município da Serra/ES frente aos impactos dos eventos climáticos extremos associados ao El Niño, visando à redução dos riscos e agravos à saúde da população.

3.2 Objetivos específicos

- Identificar e monitorar riscos, vulnerabilidades e agravos à saúde relacionados aos eventos climáticos extremos;
- Estabelecer níveis operacionais e ações de preparação, prevenção, controle e resposta;
- Fortalecer a articulação entre os setores da saúde e demais instituições envolvidas na resposta;
- Qualificar o monitoramento, a comunicação de risco e a disseminação oportuna de informações;
- Proteger populações, territórios e serviços de saúde mais vulneráveis;
- Promover a continuidade dos serviços essenciais de saúde durante e após os eventos climáticos extremos.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA SERRA

O município da Serra está inserido na Região Metropolitana da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo, apresentando importante relevância demográfica, econômica e territorial no contexto metropolitano. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Serra possui extensão territorial de aproximadamente 547,631 km², população estimada para o ano de 2025 de 579.000 habitantes e densidade demográfica de 950.74 habitantes/km², sendo o município mais populoso do Estado do Espírito Santo. Administrativamente, o município da Serra é constituído por 124 bairros, distribuídos em sete regiões administrativas, que orientam o planejamento territorial e a organização dos serviços públicos municipais.

Para fins de organização da saúde, o município está dividido em seis regiões de saúde: Serra Sede, Serra Dourada, Valparaíso, Novo Horizonte, Feu Rosa e Jacaraípe, conforme descrito no Plano Municipal de Saúde do quadriênio 2026-2029. A distribuição da população no território não ocorre de maneira homogênea. O Plano Municipal de Saúde identifica diferenças importantes de densidade entre as regiões de saúde, com áreas urbanas apresentando desde baixas densidades até concentrações superiores a 10.000 habitantes por quilômetro quadrado. As maiores concentrações populacionais encontram-se principalmente nas áreas próximas à capital, ao longo do eixo da BR-101 e em setores de Serra Sede, enquanto o município também apresenta extensas áreas de características rurais próximas aos limites com Cariacica, Santa Leopoldina e Fundão. Essa heterogeneidade territorial constitui um fator relevante para o planejamento da resposta a eventos extremos, particularmente quanto ao deslocamento de equipes, acesso aos serviços, evacuação de áreas afetadas e distribuição de recursos.

Para fins de planejamento de contingência, a dimensão populacional deve ser considerada conjuntamente com a distribuição espacial da população, as condições socioeconômicas, a infraestrutura urbana e a exposição diferenciada aos perigos climáticos. Dessa forma, eventuais impactos associados à variabilidade climática podem produzir efeitos distintos entre os diferentes territórios do município. A expansão urbana ocorrida nas últimas décadas produziu diferentes padrões de ocupação territorial. O crescimento desordenado e a ocupação de áreas com limitações ambientais e urbanísticas contribuíram para a formação de áreas com diferentes graus de vulnerabilidade socioambiental.

Do ponto de vista climático e ambiental, sua proximidade com áreas costeiras e a presença de diferentes formas de relevo e ocupação urbana contribuem para a existência de múltiplos fatores de exposição. A configuração urbana também apresenta implicações para eventos de calor extremo. Áreas com elevada densidade construtiva, menor disponibilidade de vegetação e maior presença de superfícies impermeabilizadas apresentam maior potencial para formação de ilhas de calor urbanas, podendo elevar o desconforto térmico e ampliar os impactos sobre grupos populacionais mais sensíveis, especialmente idosos e crianças.

5. INFRAESTRUTURA DE SAÚDE

A rede municipal de saúde da Serra apresenta organização regionalizada e diferentes níveis de atenção, constituindo importante capacidade instalada para a resposta a situações de emergência. A estrutura dos serviços de saúde contempla:

- 41 unidades de saúde
- 1 Centro de Referência Ambulatorial
- 3 Unidades de Pronto Atendimento 24 horas
- 1 Hospital Materno- infantil
- 3 Centros de Atenção Psicossocial
- 1 Centro de Especialidades Odontológicas
- 1 Laboratório Central
- 1 Farmácia de Especialidades
- 1 Centro de Vigilância Ambiental em Saúde
- 1 Central Municipal de Rede de Frio
- 1 Centro de Testagem e Aconselhamento e Serviço de Assistência Especializado
- 1 Ambulatório Municipal de Pessoas Trans

A infraestrutura de saúde municipal deve ser compreendida como uma rede integrada, envolvendo atenção primária à saúde, atenção especializada, urgência e emergência, assistência farmacêutica, vigilância em saúde, saúde mental, assistência laboratorial e serviços de apoio.

5. INFRAESTRUTURA DE SAÚDE

A Prefeitura disponibiliza ainda uma base georreferenciada dos equipamentos públicos de saúde do município. Essa base constitui instrumento relevante para o planejamento territorial e pode ser utilizada para a elaboração de mapas de vulnerabilidade, identificação de unidades localizadas em áreas de risco e definição de rotas e alternativas de atendimento. O sistema pode ser acessado através do link: https://mapas.serra.es.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=1a9e53fc735d49c886534b455acb3340.

Figura 1 - Base de georreferenciamento do município da Serra



Fonte: Departamento de Geoprocessamento (DEGEO) da Secretaria Municipal de Inovação/ Ciência e Tecnologia (SEICIT).

No contexto deste Plano de Contingência, a infraestrutura de saúde deverá ser analisada não apenas pela quantidade de unidades disponíveis, mas também pela sua localização, capacidade operacional, acessibilidade, disponibilidade de água e energia, climatização, comunicação, armazenamento de medicamentos e imunobiológicos, capacidade de atendimento e possibilidade de manutenção dos serviços durante eventos extremos.

Essa análise é especialmente importante porque os efeitos do El Niño podem ocorrer de forma diferenciada no território e podem atuar simultaneamente sobre a população e sobre a própria infraestrutura responsável pela resposta. Dessa forma, a preparação deverá buscar preservar a continuidade dos serviços essenciais, estabelecer alternativas de atendimento e garantir condições para a rápida recuperação das unidades eventualmente afetadas.

6. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS SENSÍVEIS

Os equipamentos públicos sensíveis constituem estruturas cuja interrupção, comprometimento ou perda de funcionalidade pode produzir impactos relevantes sobre a população e sobre a capacidade de resposta municipal durante eventos extremos.

Para o planejamento das ações relacionadas ao El Niño, devem ser considerados prioritariamente os equipamentos vinculados à prestação de serviços essenciais, especialmente:

- Unidades da Rede de Atenção à Saúde;
- Unidades de urgência e emergência;
- Hospitais e maternidades;
- Escolas e demais unidades de ensino;
- Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI);
- Centro de Detenção Provisória;
- Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
- Equipamentos de assistência social;
- Estruturas de Defesa Civil;
- Equipamentos relacionados ao abastecimento de água;
- Instalações destinadas ao armazenamento de medicamentos, imunobiológicos e demais insumos, como a Central Municipal de Rede de Frio e o Almoxarifado Central.
- Estruturas de comunicação, transporte e logística essenciais à manutenção dos serviços públicos.

Esses equipamentos devem receber atenção diferenciada na fase de preparação, incluindo avaliação das condições estruturais, acessibilidade, disponibilidade de energia elétrica, abastecimento e reservação de água, climatização, comunicação, rotas alternativas de acesso e disponibilidade de insumos essenciais.

7. POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE EXTREMOS CLIMÁTICOS

A presença de El Niño não significa que todos os eventos extremos previstos ocorrerão, mas pode modificar as condições de fundo sobre as quais os sistemas meteorológicos atuam. Recomenda-se trabalhar com cenários de risco, considerando pelo menos os seguintes eixos:

Quadro 1 - Matriz síntese dos cenários de risco

Eixo de risco	Cenário a monitorar	Possíveis consequências
Calor	Temperaturas persistentemente acima da média, umidade relativa do ar, sensação térmica	Estresse térmico, aumento da demanda hídrica e energética
Estiagem	Períodos prolongados com pouca ou nenhuma chuva	Redução da disponibilidade hídrica, necessidade de medidas de uso racional
Seca	Déficit acumulado de precipitação, níveis de reservatórios, disponibilidade hídrica	Pressão sobre abastecimento, recursos naturais e serviços essenciais
Incêndios	Vegetação mais seca + calor + baixa umidade	Aumento da suscetibilidade a incêndios
Chuva intensa	Episódios concentrados de precipitação, saturação do solo, alertas meteorológicos	Alagamentos, enxurradas, movimentos de massa, vendavais, descargas elétricas e interrupção de serviços
Transição seca-chuva	Chuvas intensas após período seco	Escoamento superficial elevado e problemas de drenagem
Saúde	Calor, alagamentos e disponibilidade hídrica	Mudança no comportamento de arboviroses, aumento de agravos sensíveis ao clima, de doenças cardiovasculares e respiratórias, doenças de transmissão hídrica alimentar e impactos psicossociais
Infraestrutura	Eventos meteorológicos extremos	Danos, interrupção de serviços, vias e energia elétrica, queda de árvores, impactos econômicos
Abastecimento	Redução ou instabilidade da disponibilidade hídrica	Necessidade de medidas de contingência

Fonte: Adaptado de Rio de Janeiro (município) (2024); Brasil (2026).

A principal implicação para o planejamento é que o mesmo cenário climático pode produzir diferentes impactos conforme a exposição e a vulnerabilidade territorial. Um período de calor e baixa precipitação pode representar risco maior para áreas com menor disponibilidade de água, maior densidade populacional ou presença de população vulnerável. Da mesma forma, uma chuva intensa pode produzir impactos muito distintos dependendo das condições de drenagem, ocupação do solo, declividade e existência de áreas suscetíveis a alagamentos ou movimentos de massa.

Esses cenários não devem ser interpretados como previsões de ocorrência, mas como situações de risco que devem ser monitoradas e para as quais o município deve manter capacidade de preparação e resposta.

Um dos aspectos mais importantes do Plano é reconhecer que os cenários não são independentes, e que um mesmo período pode apresentar efeitos simultâneos ou sequenciais. Essa abordagem é fundamental porque o impacto final pode resultar de uma cadeia de eventos, e não de um único fenômeno meteorológico.

8. NÍVEIS OPERACIONAIS, GOVERNANÇA, COORDENAÇÃO

Para fins de operacionalização do Plano, recomenda-se que os cenários sejam acompanhados por níveis progressivos de risco, de modo a permitir a adoção antecipada de medidas de preparação e resposta, evitando que a atuação municipal seja iniciada somente após a instalação do desastre.

Os níveis de risco são definidos como: Preparação (Nível 1); Monitoramento, alerta e comunicação (Nível 2); Monitoramento, alerta, comunicação e resposta (Nível 3); Resposta (Nível 4); e Resposta e reabilitação (Nível 5), conforme apresentado no Quadro 2 (ANEXO 1)

A definição e a alteração dos níveis do Plano deverão considerar, de forma integrada, as informações meteorológicas e climáticas, os alertas e avisos emitidos pelos órgãos competentes, bem como os indicadores epidemiológicos, assistenciais e relacionados à capacidade de funcionamento da rede de saúde.

Os critérios relacionados às condições meteorológicas e climáticas, bem como os alertas e avisos que poderão subsidiar a alteração do nível do Plano, serão acompanhados pela Defesa Civil Municipal, responsável pela coordenação do processo, no âmbito do Governo Municipal.

No âmbito da Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde realizará o monitoramento dos indicadores epidemiológicos e assistenciais, bem como da capacidade de funcionamento da rede de saúde. A partir da identificação de impactos relevantes sobre a saúde da população ou sobre os serviços de saúde, a Secretaria poderá propor e adotar as medidas correspondentes ao nível operacional, mantendo comunicação e articulação permanente com a coordenação do Centro Integrado de Comando e Controle - CCIC (Anexo 2).

Quando necessário, a Secretaria Municipal de Saúde poderá ativar a Sala de Situação da Saúde, conforme as responsabilidades definidas neste Plano, para acompanhamento integrado do cenário, análise das informações e apoio à tomada de decisão no âmbito da Saúde.

A ativação da Sala de Situação da Saúde ocorrerá por decisão da Secretaria Municipal de Saúde, sempre que a evolução do cenário ou os impactos identificados demandarem o acompanhamento integrado e a intensificação da coordenação das ações no âmbito da Saúde.

O Centro de Operações de Emergência em Saúde – COE Saúde será coordenado pela Secretária Municipal de Saúde ou por quem ela designar, competindo-lhe coordenar as ações de preparação, resposta e reabilitação no âmbito da saúde e promover a articulação entre as áreas técnicas e os serviços envolvidos (Anexo 3).

A ativação e o funcionamento do COE Saúde e da Sala de Situação deverão ocorrer de forma proporcional ao nível de mobilização estabelecido no Plano, considerando a evolução do cenário e a necessidade de ampliação das medidas de preparação e resposta.

Poderão integrar a Sala de Situação e/ou o COE Saúde, de acordo com a natureza, magnitude e evolução do evento, representantes dos serviços de saúde e de outras Secretarias Municipais, conforme a necessidade de articulação intersetorial.

A atuação da Secretaria Municipal de Saúde, do COE Saúde e da Sala de Situação deverá manter articulação permanente com o CCIC El Niño 2026/2027, sob coordenação da Defesa Civil Municipal, assegurando o fluxo de informações e a integração das ações de resposta do setor saúde com as demais áreas do Governo Municipal.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para garantir a efetividade do Plano de Preparação do Setor Saúde do Município da Serra para os Impactos do El Niño, serão estabelecidas metas e indicadores de monitoramento sob responsabilidade dos diferentes setores envolvidos em sua implementação. Esses indicadores deverão permitir o acompanhamento sistemático das ações previstas, verificando seu grau de execução, a capacidade de resposta dos serviços e os resultados alcançados ao longo dos diferentes níveis de risco.

Entre os aspectos a serem acompanhados estão, por exemplo, o cumprimento das ações previstas, a realização de atividades de vigilância e monitoramento, a emissão e divulgação de alertas, a capacitação dos profissionais, a disponibilidade de insumos e medicamentos, a identificação e acompanhamento de grupos vulneráveis, a capacidade de funcionamento dos serviços de saúde e a ocorrência de agravos relacionados aos eventos climáticos.

A definição de metas para cada indicador é fundamental para estabelecer parâmetros objetivos de acompanhamento e permitir a avaliação periódica do nível de preparação do setor saúde. As metas deverão ser realistas, mensuráveis e temporalmente definidas, considerando as capacidades existentes no município e os diferentes níveis de ativação do Plano. Dessa forma, será possível identificar antecipadamente situações de insuficiência ou atraso na execução das medidas planejadas e promover as correções necessárias.

A responsabilidade pelo acompanhamento dos indicadores deverá ser compartilhada entre os setores envolvidos, cabendo a cada área produzir, registrar, analisar e disponibilizar os dados referentes aos indicadores sob sua responsabilidade, de acordo com a periodicidade estabelecida. A consolidação dessas informações permitirá à gestão municipal obter uma visão integrada da implementação do Plano, favorecendo a articulação entre as diferentes áreas e a adoção oportuna de medidas diante de eventuais desvios em relação às metas estabelecidas.

O acompanhamento sistemático desses parâmetros contribuirá para que o Plano seja um instrumento dinâmico e adaptável, atualizado de acordo com as evidências produzidas pelo monitoramento climático, epidemiológico e operacional e com as lições aprendidas durante sua execução.

10. VIGÊNCIA, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

O Plano terá vigência durante o ciclo 2026–2027 e deverá permanecer ativo enquanto persistirem impactos sanitários relacionados ao evento. Recomenda-se revisão ordinária mensal do cenário climático durante o período crítico e revisão extraordinária sempre que houver mudança relevante em alertas oficiais, ocorrência de evento de grande impacto, alteração da capacidade da rede ou atualização normativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN. Nota Técnica nº 427/2026 – El Niño 2026/2027. Brasília: CEMADEN/MCTI, 2026.

BRASIL. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN. Boletim do Painel El Niño nº 03 – Agosto de 2026: potenciais impactos e orientações. Brasília: CEMADEN/MCTI, 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Instituto Nacional de Meteorologia (INMET); Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME); Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM). Nota Técnica – El Niño 2026. Brasília, DF, abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Clima em síntese: estudos sobre saúde e ondas de calor no Brasil (2015-2025). Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/clima-em-sintese/ estudo_defeso/clima-em-sintese_estudos-sobre-saude-e-ondas-de-calor-no-brasil-2015-2025_v2_defeso.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Mudança do Clima no Brasil: síntese atualizada e perspectivas para decisões estratégicas. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br. Acesso em: 01 set. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Saúde. Plano Setorial de Saúde – AdaptaSUS. Brasília, DF: MMA; MCTI; MS, 2025. 102 p.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Saúde e ondas de calor: mortalidade, morbidade e implicações para o SUS no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2026. 119 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas para profissionais de saúde: guia de bolso. Brasília: Ministério da Saúde, 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ondas de calor. Brasília: Ministério da Saúde, 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública associadas ao El Niño 2026–2027. Brasília: Ministério da Saúde, 2026.

ESPÍRITO SANTO. El Niño ES – Fenômeno climático 2026/2027. Governo do Estado do Espírito Santo, 2026.

ESPÍRITO SANTO. Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil. Cenários de risco climático e preparação operacional frente aos efeitos do El Niño no Espírito Santo. NT-Meteorologia-CEPDEC/2026. Vitória, ES, 7 jul. 2026.

NOAA – NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. Climate Prediction Center: ENSO/El Niño outlook. 2026.

REIS JÚNIOR, Neyval Costa; SANTOS, Jane Meri; VALENTIM, Elisa Goulart; et al. Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas do Espírito Santo: relatório técnico. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2025. 321 p.

REFERÊNCIAS

RIO DE JANEIRO (Município). Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Saúde. Protocolo de enfrentamento ao calor extremo. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 2024. 46 p.

SERRA (ES). Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR. Prefeitura Municipal da Serra, 2024.

SERRA (ES). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. Plano de contingência da saúde para situações de desastres no município da Serra – ES: 2025-2026. Serra, ES: Secretaria Municipal de Saúde, 2025. 64 p.

SERRA (ES). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. Plano de contingência para controle das arboviroses (dengue, zika, chikungunya e febre amarela) e assistência ao paciente 2026/2028. Serra, ES: Secretaria Municipal de Saúde, 2026. 102 p. Revisão: 23 abr. 2026

SERRA (ES). Secretaria Municipal de Saúde. Plano Municipal de Saúde 2026–2029. Serra, ES: Secretaria Municipal de Saúde, 2026

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. Heat and health. Geneva: WHO, 2026.

ANEXO 1

Quadro 2 - Fase, definição e ações principais por nível operacional

NÍVEL	FASE	DEFINIÇÃO	AÇÕES PRINCIPAIS
N 1	**Preparação**	Condições climáticas dentro da variabilidade esperada, sem evidências de impactos significativos.	• Acompanhamento meteorológico; • Acompanhamento de indicadores ambientais; • Atualização das informações; • Manutenção das estruturas de prontidão.
N 2	**Monitoramento, alerta e comunicação**	Identificação de tendência de agravamento ou previsão de condições potencialmente adversas.	• Intensificação do monitoramento; • Comunicação entre órgãos; • Verificação de recursos; • Preparação de equipes; • Identificação de grupos vulneráveis; • Revisão dos pontos críticos.
N 3	**Monitoramento, alerta, comunicação e resposta**	Condições meteorológicas, ambientais ou epidemiológicas com potencial concreto de produzir impactos.	• Ativação das estruturas de coordenação; • Mobilização preventiva de equipes; • Comunicação à rede de saúde; • Intensificação das ações de saúde; • Priorização dos serviços essenciais.
N 4	**Resposta**	Ocorrência de impactos efetivos ou risco iminente à população.	• Ativação plena das estruturas de resposta; • Atendimento às ocorrências; • Assistência; • Manutenção de serviços essenciais; • Vigilância em Saúde intensificada; • Comunicação de risco.
N 5	**Resposta e reabilitação**	Comprometimento significativo da capacidade municipal de resposta, exigindo ampliação da mobilização e possível apoio estadual/federal.	• Intensificação das ações dos níveis anteriores; • Avaliação de danos; • Restabelecimento de serviços; • Acompanhamento dos impactos sobre saúde; • Registro das ocorrências; • Avaliação pós-evento; • Revisão do Plano.

Fonte: Elaboração própria; Adaptado de Rio de Janeiro (2024)

ANEXO 2

Figura 2 - Fluxo de Comunicação e Resposta



Fonte: Elaboração própria (2026)

ANEXO 3

Quadro 4 - Composição do centro de operações em emergência em saúde da Serra (COE Saúde da Serra)

COMPOSIÇÃO DO COE SAÚDE DA SERRA		
COORDENADOR DO COE SAÚDE	**NOME**	**TELEFONE**
Secretário Municipal de Saúde	Fernanda Coimbra Mota da Silva	99513-6707
Ponto Focal Vigidesastre Serra	**NOME**	**TELEFONE**
Subsecretária de Gestão e Saúde	Juliana Rocha Rangel Frederich	99515-9431
CIEVS Serra	Elzeny Gama Carlos e Andréia Miranda	98166-1450
DEMAIS MEMBROS DO COE SAÚDE		
Subsecretário de Gestão Administrativa do Trabalho e da Educação em Saúde	Luiz Carlos da Silva Braga	99782-6801
Superintendente de Vigilância em Saúde	Paulo Roberto Jussim de Souza Junior	99962-4242
Superintendente da Atenção Primária a Saúde	Marília Ribeiro de Oliveira	98819-2745
Superintendente de Atenção Especializada à Saúde	Karina Daleprani Espíndula	99949-7499
Superintendente de Gestão Administrativa	Ana Paula Ferreira M. Cunha	99257-3007
Superintendente de Gestão do Trabalho e da Educação e Saúde	Andrea Aparecida Santos Lemos	99944-2803
Superintendente do Fundo Municipal de Saúde	Rayllane Moraes Bastos	99257-3007
Gerente de Atenção Primária	Karla Valeska Pereira	99881-4945
Gerente de Atenção Secundária	Marize Prata Pravato Rangel	99981-3217
Gerente da Urgência e Emergência	Luzeni Rocha Azeredo	99951-5607
Gerente da Vigilância Epidemiológica Suplente: Supervisora de Agravos não-crônicos	Michelle Santos de O. Salles Suellen Machado Sabino	99244-4282 99971-8168
Gerente da Vigilância Sanitária Suplente: Supervisor da Área de Serviços	Rodrigo Resende Brandão Plínio Meira Wetter	99975-0376 99614-7519
Gerente da Vigilância Ambiental em Saúde Suplente: Referencia Técnica da VAS	Viviane Marins Mycheli Felberk Damasceno Cardoso	99912-9569 99792-3574
Gerente da Assistência Farmacêutica	Mariana Meneguelli Dagustinho	99998-5352
Gerente da Manutenção e Serviços	Fabiana de Oliveira Santos	99826-0121
Assessoria de Comunicação	Dayana Souza da Silva	999534476

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

FASE DE PREPARAÇÃO (N1)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Atenção à saúde	• Mapeamento de Vulneráveis: Cadastramento e atualização dos grupos de risco pelas equipes eSF/eAP na microárea (idosos, cardiopatas, hipertensos, gestantes, crianças menores de 5 anos e usuários da saúde mental em uso de psicotrópicos e paciente renal crônico, pacientes acamados). • Verificar rotineiramente as condições de climatização, ventilação, oferta de água potável e conforto térmico nos ambientes assistenciais e de espera. • Reforçar orientações às equipes sobre prevenção e reconhecimento precoce de agravos relacionados ao calor. • Orientar usuários e acompanhantes sobre hidratação, proteção térmica e sinais de alerta. • Manter atenção especial aos grupos mais vulneráveis: crianças, idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas, pessoas em situação de rua e trabalhadores expostos ao calor. • Verificar disponibilidade de água potável, soluções para hidratação, medicamentos e insumos necessários ao atendimento. • Manter os protocolos assistenciais e de classificação de risco dos serviços assistenciais atualizados e acessíveis às equipes. • Revisar e atualizar planos, protocolos e fluxos de contingência, incorporando lições aprendidas de eventos anteriores. • Orientar e apoiar tecnicamente os serviços de saúde quanto à preparação para eventos climáticos extremos, incluindo organização dos fluxos, prioridades assistenciais e medidas de contingência. • Articular os diferentes setores da Secretaria de Saúde e os pontos da Rede de Atenção à Saúde para fortalecer a preparação e a integração das ações.	Gestores Locais e Gestores do Nível Central (SAPS e SAES)
Vigilância em saúde	• Participar da revisão e atualização dos planos de contingência, protocolos, fluxos, contatos institucionais e procedimentos de Vigilância em Saúde relacionados aos eventos climáticos extremos associados ao El Niño. • Mapear e monitorar vulnerabilidades da Rede de Frio Municipal, dos serviços de saúde e dos estabelecimentos prioritários frente a alagamentos, interrupções de energia, escassez hídrica e outros eventos climáticos extremos. • Classificar os estabelecimentos prioritários integrando dados de risco climático, vulnerabilidade e criticidade sanitária; • Monitorar agravos e eventos de interesse em saúde pública relacionados às condições climáticas, utilizando indicadores epidemiológicos, notificações, vigilância baseada em eventos e fontes oficiais, identificando alterações no padrão epidemiológico. (CIEVS) • Promover capacitações e treinamentos aos serviços de saúde e estabelecimentos prioritários quanto aos protocolos, procedimentos, fluxos de notificação, investigação, coleta de amostras, comunicação e demais medidas de prevenção e resposta aos agravos relacionados aos eventos climáticos. • Produzir e disseminar orientações técnicas e ações educativas sobre conservação de alimentos, medicamentos e produtos termolábeis, e para prevenção de arboviroses, zoonoses, acidentes com animais peçonhentos, pragas urbanas, doenças relacionadas à água e aos alimentos, exposição ao calor e demais riscos associados aos eventos climáticos extremos. • Articular ações integradas com os demais setores municipais, serviços de saúde e instituições parceiras, fortalecendo a vigilância, a comunicação de risco e a resposta aos eventos climáticos extremos. • Monitorar os níveis de mobilização e comunicar sua evolução à rede de Saúde Municipal, subsidiando a adoção das medidas necessárias conforme a evolução do evento.	Vigilância Epidemiológica/ Vigilância Sanitária/ Vigilância Ambiental em Saúde
	• Intensificar as ações de vigilância, prevenção e controle de vetores, hospedeiros e reservatórios potencialmente favorecidos por eventos climáticos extremos.	Vigilância Ambiental em Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

FASE DE PREPARAÇÃO (N1)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Insumos estratégicos e logística	• Elaborar uma lista de medicamentos e insumos estratégicos ligados aos problemas causados pelo calor extremo. • Orientar os gestores das unidades a manter atualizado o levantamento dos estoques disponíveis, avaliando a necessidade de reposição ou remanejamento de insumos, comunicando tempestivamente as áreas responsáveis para reabastecimento ou remanejamento e condições adequadas de armazenamento dos medicamentos e insumos.	Assistência farmacêutica/Almoxarifado
	• Mapear as unidades com vulnerabilidades estruturais, classificando-as por grau de vulnerabilidade e priorizando as intervenções a partir de tal classificação. • Garantir apoio logístico para o atendimento de demandas relacionadas a emergencia. • Identificar os contratos passíveis de ampliação, avaliando previamente a possibilidade de acréscimo de quantitativos, ampliação de cobertura ou reforço de serviços necessários à contingência, observados os limites e condições contratuais e legais. • Mapear o abastecimento de água nos serviços especializados, calculando a autonomia de cada unidade a partir da capacidade de reservação e do consumo estimado, definindo alternativas de abastecimento e critérios de priorização dos serviços em caso de restrição hídrica. • Orientar os gestores dos serviços de saúde a realizar o levantamento e informar, de forma tempestiva, as necessidades da unidade relacionadas a insumos, equipamentos, infraestrutura e serviços assistenciais, especialmente aquelas que possam comprometer o funcionamento dos serviços durante situações de emergência climática, para encaminhamento às áreas-meio responsáveis.	Gerência de Administração, Serviços e Manutenção/ Gerência de Tecnologia da Informação
Governança e coordenação	• Coordenar a articulação intersetorial entre as áreas da Secretaria Municipal de Saúde e os demais setores envolvidos, promovendo a integração das ações de preparação e resposta aos eventos climáticos extremos. • Definir e pactuar responsabilidades, fluxos de comunicação e mecanismos de acionamento dos setores envolvidos, visando à agilidade na tomada de decisão. • Acompanhar a execução das ações previstas no plano, identificando necessidades e prioridades para o fortalecimento da capacidade de preparação e resposta do setor Saúde. • Articular com os setores estratégicos o compartilhamento de informações, o monitoramento dos cenários de risco e o alinhamento das medidas de prevenção, preparação e resposta.	Gabinete da Secretaria de Saúde
Comunicação	• Produzir matérias, campanhas educativas, conteúdos para redes sociais e orientações à imprensa sobre os impactos do calor na saúde da população, para subsidiar à SECOM, na comunicação com a população.	Gabinete da Secretaria de Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

MONITORAMENTO, ALERTA E COMUNICAÇÃO (N2)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Atenção à saúde	• Acompanhar alertas oficiais de calor e divulgar as informações às equipes assistenciais e de apoio. • Intensificar a vigilância de sinais de desidratação, hipertermia, exaustão pelo calor e agravamento de condições clínicas na população. • Reforçar a aplicação do protocolo de classificação de risco e dos protocolos assistenciais, considerando sinais de gravidade e vulnerabilidade. • Monitorar demanda, ocupação, tempo de espera e possíveis alterações no perfil dos atendimentos durante períodos de calor intenso. • Conferir estoques de soluções para hidratação, medicamentos, materiais, insumos e equipamentos necessários à assistência. • Verificar condições de climatização, ventilação, abastecimento de água e funcionamento dos equipamentos essenciais. • Monitorar a capacidade de resposta da rede, considerando demanda, ocupação, funcionamento dos serviços, recursos humanos, insumos, medicamentos e infraestrutura. • Consolidar informações dos serviços e elaborar análises situacionais periódicas para subsidiar a tomada de decisão e a comunicação à gestão superior. • Articular a circulação de informações entre os setores da Secretaria de Saúde e os pontos da Rede de Atenção à Saúde, conforme a evolução dos alertas.	Gestores Locais e Gestores do Nível Central (SAPS e SAES)
Vigilância em saúde	• Intensificar o monitoramento dos impactos dos eventos climáticos extremos sobre a saúde da população, utilizando indicadores epidemiológicos e avaliando a necessidade de adoção de medidas de resposta.	Vigilância Epidemiológica
	• Intensificar a vigilância entomológica, incluindo inspeções de campo, acompanhamento de notificações, monitoramento dos Pontos Estratégicos e identificação de novos locais de risco. • Manter o acompanhamento da qualidade da água e do ar, utilizando os resultados das análises laboratoriais de água e das medições realizadas pela esfera estadual para subsidiar possíveis ações no município. • Atualizar e integrar as informações territoriais relacionadas à rede hidrográfica urbana, valas, áreas alagadas e demais áreas de risco junto ao GeoSerra, subsidiando o planejamento das ações de Vigilância em Saúde.	Vigilância Ambiental em Saúde
	• Intensificar a comunicação de risco e a emissão de alertas técnicos aos serviços de saúde, equipes de Vigilância em Saúde, estabelecimentos prioritários e demais setores envolvidos, com orientações preventivas associadas aos eventos climáticos. • Intensificar o monitoramento e as orientações aos estabelecimentos prioritários quanto ao controle de temperatura, manutenção da cadeia de frio, armazenamento e climatização, acompanhando os alertas oficiais e fortalecendo a comunicação com o setor regulado.	Vigilância Epidemiológica/ Vigilância Sanitária

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

MONITORAMENTO, ALERTA E COMUNICAÇÃO (N2)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Insumos estratégicos e logística	• Intensificar o monitoramento dos estoques, consumo e abastecimento dos serviços, com atenção aos itens críticos; acompanhar sinais de aumento de demanda e necessidade de reposição. • Reorganizar rotas para reduzir tempo de deslocamento e exposição dos medicamentos ao calor. • Priorizar o abastecimento de unidades com estoque reduzido ou medicamentos essenciais.	Assistência farmacêutica/Almoxarifado
	• Monitorar as unidades com vulnerabilidades estruturais, conforme diagnóstico inicial. • Manter equipes técnicas de prontidão para o acionamento em caso de urgência, para apoio às unidades. • Monitorar a autonomia hídrica dos serviços especializados, especialmente os de maior criticidade, atualizando a estimativa de horas/dias de funcionamento e deixando previamente definido o fluxo de abastecimento alternativo e a ordem de prioridade. • Reforçar os fluxos prioritários de acionamento das demandas relacionadas à emergência.	Gerência de Administração, Serviços e Manutenção/ Gerência de Tecnologia da Informação
Governança e coordenação	• Intensificar a articulação entre as áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde e os demais setores municipais envolvidos, conforme o nível de alerta e os cenários de risco identificados. • Alinhar com a Defesa Civil Municipal as informações sobre os cenários de risco e as possíveis repercussões para a saúde da população, subsidiando a tomada de decisão. • Acionar os setores responsáveis conforme os fluxos e as atribuições previamente pactuados, visando à adoção oportuna das medidas preparatórias necessárias. • Acompanhar o cumprimento das ações previstas para a fase de alerta, identificando necessidades e promovendo os encaminhamentos necessários junto aos setores responsáveis. • Avaliar, em conjunto com as áreas técnicas, a necessidade de intensificação das medidas preparatórias ou de progressão para o nível de resposta subsequente, considerando os alertas oficiais e os indicadores de saúde.	Gabinete da Secretaria de Saúde
Comunicação	• Acompanhar os alertas oficiais e as informações da Vigilância em Saúde e da Defesa Civil. • Intensificar a produção de orientações preventivas e elaborar comunicados, alertas e materiais educativos para publicação, conforme a necessidade, subsidiando a SECOM na comunicação com a população.	Gabinete da Secretaria de Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

MONITORAMENTO, ALERTA, COMUNICAÇÃO E RESPOSTA (N3)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Atenção à saúde	• Comunicar imediatamente à gestão de situações de superlotação, falta de insumos, falha de climatização, interrupção de água/energia ou aumento atípico de casos. • Intensificar a resposta assistencial conforme os alertas e o aumento da demanda. • Organizar fluxos internos e, quando necessário, adequar a capacidade assistencial para reduzir tempo de espera, aglomeração e risco de agravamento. • Garantir ambientes ventilados, hidratação, medidas de resfriamento e monitorização clínica de acordo com a condição e a faixa etária, especialmente para pessoas mais vulneráveis. • Articular com regulação, SAMU e demais pontos da Rede de Atenção à Saúde quando houver necessidade de transferência ou suporte adicional. • Orientar e apoiar os gestores dos equipamentos de saúde quanto à necessidades de insumos, abastecimento de água, infraestrutura e condições de funcionamento do serviço e fluxos assistenciais e de comunicação prioritários. • Verificar a disponibilidade, validade e condições de armazenamento de insumos, medicamentos essenciais e materias para coleta e processamento de exames. • Orientar usuários, familiares e trabalhadores quanto à hidratação, proteção contra o calor e reconhecimento de sinais de mal-estar e agravamento, especialmente para aqueles em maior vulnerabilidade e calor. • Realizar capacitação das equipes para o conhecimento e manejo inicial de desidratação, exaustão pelo calor, hipertermia e alterações clínicas conforme perfil de cada serviço. • Elaborar protocolo assistencial para identificação, avaliação inicial, manejo e encaminhamento dos agravos relacionados aos eventos climáticos extremos. • Definir previamente os exames prioritários para situações de aumento da demanda e eventos extremos e assegurar condições adequadas de armazenamento e conservação das amostras. • Avaliar atendimento remoto ou contato telefônico para usuários clinicamente elegíveis e impossibilitados de deslocamento, conforme possibilidade e perfil de cada serviço. • Adaptar ou suspender atividades externas e de maior esforço físico, conforme as necessidades identificadas e os fluxos pactuados. • Avaliar estratégias alternativas de dispensação e/ou entrega de medicamentos e insumos em pontos estratégicos. • Acionar o fluxo de priorização de exames relacionados à desidratação, doenças transmitidas por vetores e outras condições potencialmente agravadas pelas altas temperaturas. • Ampliar a oferta de consultas, procedimentos especializados e redefinir agendas, conforme a evolução da demanda e a capacidade da rede, com definição prévia de serviços, especialidades e recursos mobilizáveis, assegurando tempo de resposta oportuno para os casos prioritários. • Intensificar a avaliação da capacidade operacional e assistencial da rede diante da evolução do evento e dos impactos identificados. • Orientar os serviços quanto à adoção ou adequação das medidas de contingência, conforme os níveis de alerta e a situação observada. • Definir critérios para priorização, suspensão ou reorganização de atividades não essenciais, considerando a evolução do evento e a capacidade de funcionamento dos serviços. • Atualizar periodicamente a análise situacional e comunicar à gestão superior as necessidades de mobilização e apoio.	Gestores Locais e Gestores do Nível Central (SAPS e SAES)
Vigilância em saúde	• Realizar investigação epidemiológica dos eventos de interesse em saúde pública e apoiar tecnicamente as ações de controle e resposta a surtos e demais ocorrências associadas aos eventos climáticos extremos, em articulação com o CIEVS e as áreas técnicas responsáveis. • Manter comunicação permanente e articulação com a Defesa Civil, Vigidesastre, CIEVS Estadual e demais setores envolvidos, assegurando o compartilhamento oportuno de informações e a emissão de alertas técnicos à Rede Municipal de Saúde. • Assegurar a continuidade e a segurança da conservação, distribuição e disponibilidade de imunobiológicos, incluindo a manutenção de sistemas alternativos de fornecimento de energia elétrica quando necessário.	Vigilância Epidemiológica
	• Intensificar as ações de controle de vetores e animais peçonhentos nas áreas afetadas, incluindo bloqueios, nebulização, fumacê, busca ativa, manejo, tratamento de criadouros e atuação integrada nos territórios de maior risco. • Intensificar o monitoramento e as análises laboratoriais da qualidade da água, articulando com o Estado a disponibilidade de dispensação de Hipoclorito de sódio.	Vigilância Ambiental em Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

MONITORAMENTO, ALERTA, COMUNICAÇÃO E RESPOSTA (N3)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Vigilância em saúde	• Ativar e intensificar as ações da Vigilância Sanitária nos estabelecimentos prioritários e ambientes coletivos vulneráveis, como ILPIs, escolas, creches e serviços de saúde, com foco nas condições térmicas e operacionais, cadeia de frio, armazenamento e conservação de alimentos e produtos termossensíveis.	Vigilância Sanitária
	• Intensificar as ações de vigilância e resposta dos níveis anteriores, ampliando o monitoramento dos agravos, riscos e impactos dos eventos climáticos extremos sobre a saúde da população. • Intensificar o monitoramento de abrigos temporários e áreas afetadas, identificando agravos e riscos à saúde e acionando oportunamente as medidas de vigilância e resposta necessárias. • Manter equipes de resposta rápida em prontidão e participar da Sala de Situação ou COE-Saúde, fornecendo informações técnicas para subsidiar a tomada de decisão e o acompanhamento do evento.	Vigilância Epidemiológica/ Vigilância Sanitária/ Vigilância Ambiental em Saúde
Insumos estratégicos e logística	• Reavaliar os de estoque dos itens estratégicos conforme a situação epidemiológica do momento e priorizar reposição e distribuição para as unidades com maior necessidade e risco de desabastecimento. • Estabelecer abastecimento emergencial por prioridade.	Assistência farmacêutica/Almoxarifado
	• Intensificar ações dos níveis anteriores. • Intensificar inspeções nas unidades quanto à oferta de água potável, ventilação e climatização. • Monitorar os equipamentos e acionar avaliação técnica imediata, quando necessário. • Acionar plano de prioridade para manutenção corretiva dos equipamentos nas unidades críticas.	Gerência de Administração, Serviços e Manutenção/ Gerência de Tecnologia da Informação
Governança e coordenação	• Instalar Sala de Situação. • Intensificar ações do momento de mobilização. • Reunir com os pontos focais do Vigidesastre e Sala de Situação. • Divulgar informações na Sala de Situação referentes às articulações em discussão do Plano de Contingência. • Assegurar a mobilização dos recursos necessários para atuação frente a eventos de desastres naturais ou antropogênicos. • Assegurar que os insumos necessários sejam fornecidos adequadamente. • Divulgar informações para a sociedade.	Gabinete da Secretaria de Saúde
Comunicação	• Ampliar a produção de alertas e orientações preventivas à população, com atenção especial aos grupos vulneráveis e às regiões afetadas, subsidiando a SECOM na divulgação das informações. • Informar possíveis alterações no funcionamento dos equipamentos de saúde, orientar a população quanto à busca por atendimento e subsidiar a SECOM no atendimento às demandas de comunicação e às solicitações da imprensa.	Gabinete da Secretaria de Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

RESPOSTA (N4)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Atenção à saúde	• Manter resposta assistencial ampliada, com reorganização dos fluxos, das escalas e da oferta de serviços, conforme demanda e capacidade operacional. • Priorizar o atendimento imediato aos casos graves e às situações de maior risco, conforme classificação de risco e protocolos assistenciais. • Garantir hidratação, resfriamento, monitorização e suporte clínico aos usuários com agravos relacionados ao calor. • Priorizar atividades e atendimentos essenciais, reduzindo ou suspendendo temporariamente ações não prioritárias quando houver comprometimento das condições de funcionamento. • Monitorar continuamente a demanda, ocupação, tempo de espera, disponibilidade de leitos de observação, insumos, medicamentos e capacidade de resposta dos serviços. • Intensificar o monitoramento dos alertas climáticos e de seus impactos sobre o funcionamento dos serviços, com adequação dos fluxos e atividades, inclusive para usuários em acolhimento noturno. • Acionar os planos de contingência diante de falhas de climatização, energia elétrica, abastecimento de água ou equipamentos essenciais. • Reforçar as orientações a usuários e trabalhadores sobre prevenção, sinais de agravamento e necessidade de busca oportuna por atendimento. • Intensificar o acompanhamento de usuários prioritários, utilizando estratégias remotas e articulação com familiares, referências e demais pontos da Rede de Atenção à Saúde, quando necessário. • Reorganizar atividades externas e fluxos assistenciais, buscando reduzir deslocamentos, tempo de espera e permanência nos serviços. • Monitorar estoques de medicamentos e insumos essenciais e, conforme protocolos e disponibilidade, antecipar a dispensação ou utilizar estratégias alternativas previamente pactuadas para usuários com dificuldade de comparecimento. • Na assistência ambulatorial especializada, priorizar atendimentos essenciais e situações de maior risco clínico, utilizando estratégias remotas quando tecnicamente adequadas e disponíveis. • Avaliar a necessidade de exames laboratoriais urgentes e essenciais à tomada de decisão clínica, priorizando casos de maior risco e reduzindo o tempo de resposta. • Intensificar a comunicação de resultados críticos e monitorar diariamente o volume da demanda e o tempo de liberação dos exames prioritários, adotando reforço operacional e ampliação do horário de coleta, quando necessário e viável. • Intensificar a comunicação com a Gerência de Urgência e Emergência, demais setores da Secretaria de Saúde e pontos da Rede de Atenção à Saúde envolvidos na resposta, garantindo articulação e continuidade do cuidado. • Coordenar e apoiar a implementação das medidas de contingência nos serviços de saúde, conforme as necessidades identificadas. • Articular a mobilização e a distribuição de recursos necessários à manutenção da capacidade assistencial, incluindo recursos humanos, insumos, medicamentos e infraestrutura. • Manter a integração entre os setores da Secretaria de Saúde e os demais pontos da Rede de Atenção à Saúde, assegurando a continuidade da assistência. • Registrar ocorrências, medidas adotadas, recursos mobilizados e impactos sobre a rede durante a resposta. • Ampliar a oferta de consultas, procedimentos e atendimentos especializados necessários e redefinir agendas, priorizando situações de maior risco e demanda reprimida relacionada ao evento, garantindo atendimento dentro dos tempos de resposta estabelecidos nos protocolos e fluxos de contingência.	Gestores Locais e Gestores do Nível Central (SAPS e SAES)
Vigilância em saúde	• Integrar e subsidiar a Sala de Situação ou COE-Saúde com informações da Vigilância em Saúde, consolidando e analisando dados de atendimentos, internações, óbitos, agravos e demais eventos de interesse em saúde pública. • Produzir e disseminar informes epidemiológicos em maior frequência, comunicando imediatamente à gestão alterações relevantes do cenário e intensificando a comunicação de risco à Rede Municipal de Saúde.	Vigilância Epidemiológica
	• Ampliar a resposta operacional de controle de vetores e animais peçonhentos, com reforço de equipes, veículos, maquinário, jornada de trabalho e bloqueios espaciais, priorizando simultaneamente as regiões de maior risco. • Ampliar as ações de prevenção relacionadas à qualidade da água, incluindo a intensificação das medidas de vigilância e a disponibilização de hipoclorito à população, conforme necessidade identificada.	Vigilância Ambiental em Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

RESPOSTA (N4)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Vigilância em saúde	• Mobilizar as equipes de Vigilância Sanitária e realizar inspeções emergenciais nos estabelecimentos prioritários, com verificação das condições sanitárias e dos registros de temperatura, segregação ou bloqueio de produtos suspeitos e avaliação da necessidade de restrição ou suspensão de atividades que apresentem risco sanitário relevante.	Vigilância Sanitária
	• Intensificar as ações de vigilância e resposta dos níveis anteriores, ampliando a mobilização das equipes e a capacidade operacional conforme a evolução do evento. • Apoiar a definição e implementação de medidas de proteção para grupos e territórios prioritários, considerando a concentração de casos, focos, acidentes e demais riscos identificados.	Vigilância Epidemiológica/ Vigilância Sanitária/ Vigilância Ambiental em Saúde
Insumos estratégicos e logística	• Intensificar as medidas de contingência para garantir a disponibilidade dos medicamentos e insumos estratégicos, priorizando os itens essenciais e as unidades em situação crítica, com reposição e remanejamento dos estoques de forma ágil, conforme a demanda e o risco de desabastecimento.	Assistência farmacêutica/Almoxarifado
	• Intensificar ações dos níveis anteriores. • Atualizar o mapeamento das unidades com vulnerabilidades estruturais, reclassificando-as por grau de vulnerabilidade e intervir a partir de tal classificação.	Gerência de Administração, Serviços e Manutenção/ Gerência de Tecnologia da Informação
Governança e coordenação	• Instituir o COE (Centro de Operações de Emergência). • Coordenar as reuniões e ações do COE ou, na impossibilidade, delegar a um responsável para assumir a função. • Articular com setores Municipais, Estaduais e Federal caso haja necessidade. • Definir um porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos. • Ampliar a mobilização de recursos humanos, logísticos e financeiros, solicitando reforço estadual e federal para suprir demandas críticas, se necessário. • Promover o alinhamento institucional das informações oficiais sobre a situação de saúde e as medidas adotadas, em articulação com a área responsável pela comunicação institucional.	Gabinete da Secretaria de Saúde
Comunicação	• Garantir a divulgação ágil de informações oficiais sobre riscos à saúde, medidas de proteção e funcionamento da rede municipal, subsidiando a SECOM na comunicação com a população. Alinhar os comunicados às orientações das áreas técnicas, atualizar as informações sempre que necessário e contribuir para o enfrentamento da disseminação de informações falsas.	Gabinete da Secretaria de Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

RESPOSTA E REABILITAÇÃO (N5)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Atenção à saúde	• Manter o acompanhamento dos usuários afetados, avaliando complicações persistentes e necessidades de continuidade ou intensificação do cuidado. • Orientar quanto à hidratação, condições térmicas adequadas e sinais de alerta para retorno ao serviço. • Priorizar atendimentos, procedimentos, medicamentos e insumos essenciais, garantindo a continuidade do cuidado e a articulação com a rede de atenção. • Reorganizar ou suspender atividades não essenciais, mantendo apenas aquelas compatíveis com condições seguras de funcionamento. • Utilizar estratégias remotas, territoriais e alternativas de dispensação, quando tecnicamente adequadas e pactuadas. • Acionar os fluxos de contingência e a rede de urgência e emergência diante de situações de risco ou necessidade. • Registrar usuários, atendimentos, transferências, consumo de insumos, intercorrências estruturais e alterações no funcionamento dos serviços. • Avaliar os impactos do evento e as necessidades de retomada, regularização ou intensificação das atividades após a estabilização. • Analisar registros, indicadores e fragilidades identificadas para revisar fluxos, protocolos e medidas de contingência. • Atualizar o plano de contingência institucional com base nas lições aprendidas e oportunidades de melhoria. • Avaliar os impactos do evento sobre a rede de saúde e acompanhar a recuperação da capacidade operacional dos serviços. • Identificar fragilidades, necessidades de recuperação e prioridades para a retomada ou regularização das atividades. • Manter a ampliação ou recomposição da oferta de especialidades até a regularização da demanda e da capacidade operacional da rede, regularizando progressivamente a demanda acumulada e restabelecendo os tempos de resposta pactuados para os atendimentos especializados. • Avaliar a efetividade das medidas adotadas e registrar as lições aprendidas. • Revisar e atualizar planos, protocolos e fluxos de contingência com base nos resultados da avaliação pós-evento.	Gestores Locais e Gestores do Nível Central (SAPS e SAES)
Vigilância em saúde	• Manter as ações intensificadas de Vigilância em Saúde e o monitoramento dos riscos, agravos, focos e acidentes até a redução sustentada dos impactos do evento, avaliando continuamente a necessidade de manutenção, ampliação ou redução do nível de resposta. • Registrar e sistematizar as ações realizadas, os impactos observados e as medidas adotadas, realizando avaliação pós-evento e utilizando os resultados para subsidiar a revisão e o aprimoramento das ações de Vigilância em Saúde . • Reforçar as orientações a rede de saúde, trabalhadores expostos e às instituições para prevenção de novos agravos e redução dos riscos após o evento, mantendo a comunicação de risco conforme a situação identificada. • Reorganizar e recompor a capacidade operacional da Vigilância em Saúde, considerando equipes, veículos, máquinas, equipamentos e EPIs necessários à continuidade das ações.	Vigilância Epidemiológica/ Vigilância Sanitária/ Vigilância Ambiental em Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)

Quadro 2 - Matriz da Secretaria de Saúde por fases e principais ações por nível operacional

RESPOSTA E REABILITAÇÃO (N5)		
EIXOS	**AÇÕES PRINCIPAIS**	**Responsáveis**
Insumos estratégicos e logística	• Repor os estoques de medicamentos, insumos e equipamentos utilizados durante o período, avaliar o consumo e revisar os parâmetros de programação de compra e estoque de segurança e registrar as necessidades obseservadas para os próximos períodos de calor extremo. • Avaliar tecnicamente produtos expostos. • Elaborar relatório da ocorrência.	Assistência farmacêutica/Almoxarifado
	• Avaliar danos e falhas ocorridos em aparelhos de ar-condicionado, bombas, reservatórios e instalações elétricas, definindo reparos e substituições prioritárias. • Elaborar relatório pós-evento com lições aprendidas e proposta de investimentos, priorizando adequação elétrica das unidades mais frágeis e substituição de equipamentos ineficientes. • Atualizar o plano de contingência e os fluxos de acionamento com base nas ocorrências registradas. • Consolidar os dados de consumo, capacidade de reservação, autonomia efetiva, acionamentos de abastecimento alternativo e prioridades adotadas nos serviços especializados, utilizando os resultados para redimensionamento de reservatórios, bombas e estratégias de contingência.	Gerência de Administração, Serviços e Manutenção/ Gerência de Tecnologia da Informação
Governança e coordenação	• Consolidar informações sobre os impactos do evento na rede municipal de saúde, incluindo danos à infraestrutura, interrupção de serviços, necessidades assistenciais e recursos mobilizados, subsidiando a tomada de decisão. • Coordenar a articulação entre os setores envolvidos para a recuperação dos serviços de saúde afetados pelo evento climático extremo. • Avaliar as ações de resposta realizadas e identificar oportunidades de melhoria nos fluxos de coordenação e nos procedimentos institucionais. • Articular a atualização dos planos e protocolos com base nas dificuldades identificadas durante o evento.	Gabinete da Secretaria de Saúde
Comunicação	• Divulgar orientações de saúde após eventos extremos, informar sobre a normalização dos serviços, apresentar balanços oficiais das ações realizadas e avaliar os resultados da comunicação, subsidiando a SECOM na divulgação das informações à população e no aperfeiçoamento das estratégias de comunicação.	Gabinete da Secretaria de Saúde

Fonte: Elaboração própria (2026)



PREFEITURA DA

SERRA